



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO - SMAN/CAOP/DIREX/PF

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08211.004622/2019-51

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos de visão noturna, capacetes de voo para pilotos, capacetes para operadores aerotáticos, headsets para os capacetes dos operadores, lanterna com luz infravermelho para capacetes, caixa de ajuste de foco para OVN, e designadores infravermelho através de Registro de Preço, para atender às necessidades do Comando de Aviação Operacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Quantidade total (PF, PMDF, PRF)	Quantidade PF	aquisição MÍNIMA PF	aquisição MÍNIMA PRF	PMDF UASG 926016 Pedido SEI 17149441 quantidade	PRF UASG 200109 Pedido SEI 17339641 quantidade	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÍNIMO ESTIMADO PRF	VALOR TOTAL MÍNIMO ESTIMADO PF	VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
1	Binóculo de Visão Noturna para pilotos	35	24	12	02	5	06	R\$ 93.884,73	R\$ 187.769,46	R\$ 1.126.616,77	R\$ 3.285.965,55
2	Capacete de voo com suporte para binóculos de visão Noturna para pilotos	48	24	12	02	18	06	R\$ 30.216,87	R\$ 60.433,74	R\$ 362.602,44	R\$ 1.450.409,76
3	Binóculo de Visão Noturna para operadores	73	20	10	12	7	46	R\$ 93.317,84	R\$ 1.119.814,08	R\$ 933.178,40	R\$ 6.812.202,32
4	Capacete Não Balístico/fast-carbon com suporte para binóculos de visão noturna para operadores	207	20	10	12	27	160	R\$ 6.935,56	R\$ 83.226,72	R\$ 69.355,60	R\$ 1.435.660,92
5	Headset para os capacetes dos operadores	207	20	10	12	27	160	R\$ 8.778,28	R\$ 105.339,36	R\$ 87.782,80	R\$ 1.817.103,96
6	Lanterna com luz Infravermelho para capacetes	154	44	22	12	----	110	R\$ 1.163,12	R\$ 13.957,44	R\$ 25.588,64	R\$ 179.120,48
7	Caixa de Ajuste de Foco	5	3	2	01	----	02	R\$ 97.951,90	R\$ 97.951,90	R\$ 195.903,81	R\$ 489.759,50
8	Designador Infravermelho	43	20	10	----	23	----	R\$ 20.332,56	----	R\$ 203.325,60	R\$ 874.300,08
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO									R\$ 1.668.492,70	R\$ 3.004.354,04	R\$ 16.344.522,57

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL UASG 200334					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	Quantidade total
1	Binóculo de Visão Noturna para pilotos	unidade	12	24	24
2	Capacete de voo com suporte para binóculos de visão Noturna para pilotos	unidade	12	24	24
3	Binóculo de Visão Noturna para operadores	unidade	10	20	20
4	Capacete Não Balístico/fast-carbon com suporte para binóculos de visão noturna para operadores	unidade	10	20	20
5	Headset para os capacetes dos operadores	unidade	10	20	20
6	Lanterna com luz Infravermelho para capacetes	unidade	22	44	44
7	Caixa de Ajuste de Foco	unidade	2	3	3
8	Designador Infravermelho	unidade	10	20	20

Órgão Participante: POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL UASG 926016, Endereço: Setor Policial Sul, SAISO - Área Especial 04, Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70.610-200, contato responsável: telefone: 61 98538-3714 ou 3190-5710					
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Binóculo de Visão Noturna para pilotos	unidade	----		5
2	Capacete de voo com suporte para binóculos de visão Noturna para pilotos	unidade			18
3	Binóculo de Visão Noturna para operadores	unidade			7
4	Capacete Não Balístico/fast-carbon com suporte para binóculos de visão noturna para operadores	unidade			27
5	Headset para os capacetes dos operadores	unidade			27
8	Designador Infravermelho	unidade	----		23

Órgão Participante: POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL UASG 200109, Endereço: COE- RSGON, Qd 05, Lote 15/18, Setor Complementares, Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70.610.650 de Segunda a Sexta-feira das 08h00 às 17h00					
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Binóculo de Visão Noturna para pilotos	unidade	02	06	06
2	Capacete de voo com suporte para binóculos de visão Noturna para pilotos	unidade	02	06	06
3	Binóculo de Visão Noturna para operadores	unidade	12	46	46
4	Capacete Não Balístico/fast-carbon com suporte para binóculos de visão noturna para operadores	unidade	12	160	160
5	Headset para os capacetes dos operadores	unidade	12	160	160
6	Lanterna com luz Infravermelho para capacetes	unidade	12	110	110
7	Caixa de Ajuste de Foco	unidade	01	02	02
8	Designador Infravermelho	unidade	---	---	---

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação da homologação da ata, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002.

5. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 6.1. O prazo de entrega dos bens é de até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura do instrumento de contrato, em remessa única a cada aquisição, no seguinte endereço: **Coordenação do Comando de Aviação Operacional, Aeroporto Internacional de Brasília, Setor de Hangares, Hangar 13/14, Lago Sul, Distrito Federal**, CEP 71.608-900, de segunda a sexta, no horário de 08h às 18h, exceto feriados, salvo se houver necessidade pelo CAOP/DIREX/PF de entrega em horário diverso;
- 6.2. Do órgão participante o endereço de entrega dos bens será **Área Especial 04, Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70.610-200, contato responsável: telefone: 61 98538-3714 ou 3190-5710**.
- 6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30(trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20(vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.7. Para evitar diversos problemas constatados em outros órgãos e até mesmo em compras anteriores realizadas pela Polícia Federal, antes do envio da quantidade total dos itens, a contratada poderá solicitar o envio, a depender do caso, de 01 (uma) unidade de cada item, após acordado com o fiscal do contrato, para análise dos requisitos técnicos pelo CAOP, endereço de envio: Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares- nº 13/14 – Brasília/DF, CEP 71.608-90. O horário de entrega se dará das 8h00min às 17h00min, em dias úteis, de segunda a sexta, mediante prévio agendamento através do telefone (61) 2024-9549/9540.
- 6.8. Todos os itens deverão ter garantia, mínima, de 12 (doze) meses do fabricante, nos termos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o qual se inicia a partir do recebimento definitivo que poderá ser por meio de documentos próprios ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal; Qualquer peça que, nesse período, apresente defeito decorrente da fabricação ou do material utilizado, deverá ser reposto, sem custo para a contratante, no prazo máximo de 60(sessenta) dias, a partir da comunicação e análise do ocorrido.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. São obrigações da Contratante:
- 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
- 8.1.1.1. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.2. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.3. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.4. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.5. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.1.6. Deverá também ser de responsabilidade da contratada o pagamento de todo e qualquer custo referente ao desembaraço aduaneiro e transporte de produtos devendo ainda certificar-se que estes já estejam incluídos na composição do preço ofertado quando originarem-se de fora do Brasil, assim também como obtenção de autorização quando o transporte de algum produto for considerado militar e depender daquela para sua venda e/ou transporte para o Brasil, ressalvados os casos em que tal iniciativa demande atuação exclusivamente da contratada junto a Governo Estrangeiro.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.14. 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.16. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga. $I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado:

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado:

I= (TX)	$I = \frac{6}{100}$	I=0,00016438
	365	TX= Percentual da taxa anual=6%

13. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

13.1. Não haverá antecipação do pagamento.

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (índice de preço consumidor ao consumidor amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

16. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1. Visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, serão exigidos os seguintes critérios de

sustentabilidade ambiental, quando da aquisição de bens:

- 16.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 16.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- 16.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenil-polibromados.
- 16.5. A comprovação do disposto no subitem anterior e seus incisos poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.
- 16.6. Todo o material será adquirido considerando a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art. 5º I, II, III e § 1º, exceto aquele em que não se aplica a referida instrução.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 17.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 17.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 17.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 17.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 17.1.5. cometer fraude fiscal.
- 17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 17.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 17.2.2. multa moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 17.2.3. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 17.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 17.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 17.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 17.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
- 17.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 17.5. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.5, 20.2.6 e 20.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 17.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 17.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 17.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 17.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 17.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 17.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 17.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 17.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 17.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 17.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 17.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 17.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. ESTIMATIVAS DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 18.1. A estimativa total da contratação da quantidade mínima, conforme especificado acima, é de R\$ 3.004.387,00 (três milhões, quatro mil trezentos e oitenta e sete reais) . Como os orçamentos utilizados estão cotados em dólar americano, a cotação utilizada foi do dólar de US\$ 1 = R\$ 5,5387 em 09/10/2020. <https://www.bcb.gov.br/>

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIO

- 19.1. Os recursos serão os disponibilizados pela Unidade Gestora DLOG/PF, conforme necessidade mínima a ser adquirida, por se tratar de Registro de Preços.

Brasília-DF, 21 de dezembro de 2020.

ALESSANDRO SADA O UMEZU
Integrante Técnico
Mat. PF 17.478

Aprovo o presente Termo de Referência após alterações:

GUSTAVO HENRIQUE PIVOTO JOÃO

Delegado de Polícia Federal
Coordenador de Aviação Substituto

APROVAÇÃO: Aprovo o presente Termo de Referência após alterações por constatar que sua concretização observou critérios que norteiam a Administração Pública. Constatam, plenamente justificados, a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais à sua consecução, obrigações das partes envolvidas, bem como estimativa de custos da contratação.

CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DE SOUSA

Delegado de Polícia Federal
Diretor Executivo



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO SADAU UMEZU**, **Agente de Polícia Federal**, em 21/01/2021, às 19:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO HENRIQUE PIVOTO JOAO**, **Coordenador - Substituto (a)**, em 22/01/2021, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17339713** e o código CRC **C4E48741**.

Referência: Processo nº 08211.004622/2019-51

SEI nº 17339713